

ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

ESTRUTURAÇÃO PEDAGÓGICA



Coordenação



motriz

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
EXPEDIENTE.....	3
5. PASSO A PASSO PARA A IMPLEMENTAÇÃO.....	4
5.2 ESTRUTURAÇÃO PEDAGÓGICA.....	5
5.2.1 ORIENTAÇÕES PARA REVISÃO OU (RE)ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	5
5.2.2 ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS.....	15
5.2.3 ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	17
5.2.4 ORIENTAÇÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DE AVALIAÇÕES NAS ESCOLAS.....	21
5.2.5 ORIENTAÇÕES PARA INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO.....	23
5.2.6 ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO CENTRAL DA SECRETARIA PARA A GESTÃO DAS ESCOLAS.....	26
5.2.7 ORIENTAÇÕES PARA ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS.....	28

Esse documento é parte integrante da publicação **Orientações para a implementação da Educação Integral nos Anos Finais do Ensino Fundamental**. Ele foi criado para facilitar o acesso ao capítulo 5, considerando sua praticidade de uso para as secretarias de educação, e contém o tópico **5.2 - Estruturação pedagógica**. O texto completo pode ser encontrado em www.anosfinaisfundamental.com.br.



Expediente

Instituições idealizadoras da iniciativa

Fundação Lemann
Instituto Natura
Instituto Reúna
Instituto Sonho Grande
Itaú Social
Motriz

Concepção técnica e coordenação

Equipe Motriz:
Alex Moreira Roberto
Anna Carolina de Souza e Lousa

GT de Implantação

Alex Moreira Roberto (Motriz)
Anna Carolina Lousa (Motriz)
Daniel Cordeiro (Instituto Reúna)
Fernanda de Andrade Santos (Itaú Social)
Haline Floriano (Instituto Natura)
Ivan Brant (Instituto Sonho Grande)
Leticia Brandão (Motriz)
Luandy Baião (Fundação Lemann)
Marcela Moraes (Instituto Sonho Grande)
Natasha Almeida Macedo (Fundação Lemann)
Priscila Santos de Oliveira (Instituto Reúna)
Stefanny Lopes Fernandes (Instituto Reúna)

Orientações para a implementação da Educação Integral nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Pesquisa, escrita e produção

Equipe da Tomara! Educação e Cultura:

Camila Iwasaki (Gestão Geral)
Erick Roza (Gerenciamento)
Andreia de Jesus (Coordenação Técnica)
Luanna Merigete Santos (Analista)
Maria Celeste de Souza (Analista)
Bartholomeu Silva (Consultor)
Luciana Vitor Cury (Consultora)
Bruna Barbosa (Assistência técnica)
Juliana Sada (Edição de texto)
Ana Ximenes Gomes de Oliveira (Revisão de texto)

Diagramação

Greyce Kelly do Nascimento Oliveira

ESTRUTURAÇÃO PEDAGÓGICA

- ORIENTAÇÕES PARA REVISÃO OU (RE)ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
- ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS
- ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
- ORIENTAÇÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DE AVALIAÇÕES NAS ESCOLAS
- ORIENTAÇÕES PARA INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO
- ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO CENTRAL DA SECRETARIA PARA A GESTÃO DAS ESCOLAS
- ORIENTAÇÕES PARA ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS



Passo a passo navegável



ESCOLA



5.2 Estruturação pedagógica

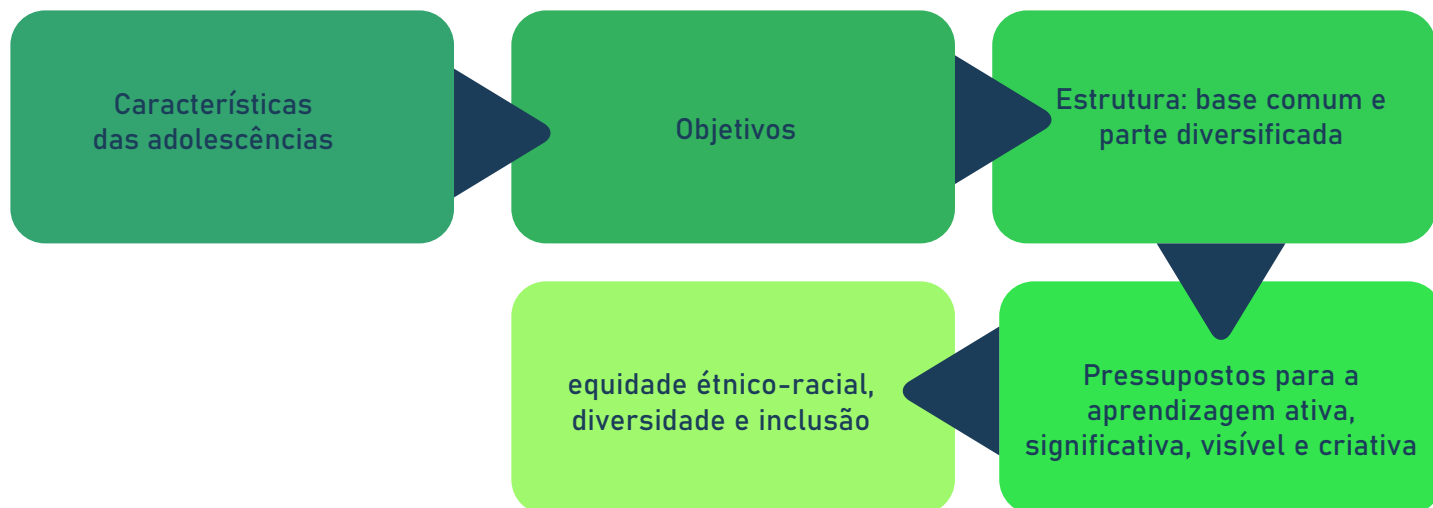
A implementação desta proposta de escola pressupõe a incorporação de novos conceitos e práticas pedagógicas na rede que se desdobram em aspectos concretos a serem considerados ao longo do processo. Para apoiar lideranças e equipes técnicas responsáveis pela implementação, neste capítulo serão abordadas orientações para...

- ... revisão ou (re)organização curricular
- ... organização dos materiais didáticos
- ... formação dos profissionais da educação
- ... estruturação de avaliações nas escolas
- ... instâncias de participação
- ... gestão das escolas
- ... acompanhamento pedagógico das escolas

5.2.1 ORIENTAÇÕES PARA REVISÃO OU (RE)ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Para que as escolas ofereçam uma educação integral é necessário que o currículo reflita as adolescências, contemple as suas demandas e aprendizagem, favoreça a equidade e atenda à legislação vigente. Assim, um processo de revisão ou (re)organização curricular pode ser necessário para a plena implementação da proposta de educação integral aqui apresentada. Recomendamos que a leitura deste capítulo seja feita tendo em vista o currículo já vigente na rede para assim detectar o que já está presente e eventuais aprimoramentos necessários.

As principais diretrizes para a (re)organização curricular de sua rede de ensino estão descritas no documento **Arquitetura Curricular e suas Matrizes**, vinculado ao **Referencial Pedagógico de Educação Integral para os Anos Finais do Ensino Fundamental**. Aqui serão trazidos alguns aspectos sobre o tema e é recomendado que se faça uma leitura atenta desses outros documentos, acompanhada, se necessário, de reuniões de discussão com a participação de diferentes atores da rede de ensino envolvidos com essa proposta.



A sugestão de Arquitetura Curricular e suas Matrizes indica que:

1) A PROPOSTA CURRICULAR DEVE CONSIDERAR AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ADOLESCÊNCIA

É importante que o currículo considere as especificidades desse momento, especialmente certas transformações que afetam a cognição e a possibilidade de construir conhecimento. Há oito características importantes das adolescências a serem consideradas no desenho e implementação da proposta curricular.

OS ADOLESCENTES...	OU SEJA,
buscam novidades	a aprendizagem acontece quando é significativa e criativa, permitindo que eles sejam agentes do processo e visualizem os resultados.
buscam engajamento social	o currículo deve garantir práticas de participação e atuação na vida social e da comunidade de modo a fortalecer a compreensão do valor da democracia e de relações éticas.
vivem suas emoções intensamente	deve-se garantir que na educação escolar haja espaço para o autoconhecimento e práticas de desenvolvimento socioemocional.
precisam explorar a criatividade	a escola precisa oferecer tempo, espaço e condições adequadas para que os estudantes possam trabalhar em projetos artísticos e científicos e com isso encontrem soluções técnicas e estéticas para as suas produções.
precisam desenvolver habilidades de gestão executiva	os planos de ensino-aprendizagem precisam incluir práticas que estimulem o planejamento de curto e longo prazo, controle do processo e tomada de decisões estratégicas, sempre justificadas por meio de argumentos lógicos e bem fundamentados.
precisam de atividade física	é necessário que haja trabalho corporal diversificado: exercícios, esportes, dança etc. Na adolescência, o corpo está em desenvolvimento e também necessita de uma atenção integral.
precisam de tempo para descansar	é muito importante haver períodos de pausa entre as atividades e equilibrar as exigências escolares que ocupem o tempo de lazer e vida pessoal fora da escola.
precisam de atenção e orientação	a equipe pedagógica deve se organizar de modo que professores e pedagogos atuem como tutores e mentores de pequenos grupos de adolescentes e possam oferecer, inclusive, acompanhamento e escuta individualizados.

2) A PROPOSTA CURRICULAR DEVE ESTAR ALINHADA À LEGISLAÇÃO VIGENTE E PERSEGUIR ALGUNS OBJETIVOS

Além de considerar as características e demandas das diversas adolescências, o currículo deve se atentar à legislação vigente para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Neste aspecto, os principais referenciais são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (Resolução CNE-CEB nº 7/2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, de 2018).

A proposta curricular também deve ter como objetivos:

- Ser **inovadora**, garantindo que a BNCC seja seguida, juntamente com novos componentes, propondo elementos de integração potentes. A visão do adolescente, sua aprendizagem e desenvolvimento integral estão no centro da proposta.
- Ser **escalável**, permitindo ser implementada a um custo realista para a rede de educação, possibilitando que seu início aconteça com recursos já disponíveis.
- Ser **flexível**, apresentando diferentes opções de implementação nos territórios, com diferentes matrizes curriculares, cargas horária e jornadas. Algumas opções possíveis de organização do tempo são indicadas, mas cada rede de ensino pode adotar outras cargas horárias, conforme a necessidade:

TEMPO PARCIAL		TEMPO INTEGRAL	
25h/semanais		35h/semanais	45h/semanais
45 min hora-aula		45 ou 50 min hora-aula	45, 50 ou 60 min hora-aula

A organização intencional e estratégica das matrizes é um fator promotor da aprendizagem. Alguns estudos⁸ que investigam a relação entre horários do dia e o desempenho acadêmico dos estudantes adolescentes, indicam que:

- os estudantes possuem melhor desempenho nas aulas de Matemática realizadas pela manhã, em relação às aquelas realizadas à tarde;
- a Educação Física melhora o funcionamento cognitivo e as aulas deste componente podem ser programadas intencionalmente para promover maior aprendizagem antes de componentes que exigem maiores períodos de pensamento focado;
- seja estabelecido alguns “horários em bloco”, ou aulas duplas, para Matemática, Ciências e Língua Portuguesa, o que reduz a fragmentação e aumenta as oportunidades de aprendizagem;
- os estudantes que tiveram várias aulas consecutivas sem intervalo apresentaram maior desvantagem de aprendizagem.



ARQUITETURA CURRICULAR E SUAS MATRIZES DETALHA CADA UMA DAS MATRIZES CURRICULARES, APRESENTANDO SUGESTÕES DE QUADROS DE HORÁRIOS PARA AS DIFERENTES SITUAÇÕES. ALÉM DISSO, O DOCUMENTO TRAZ SUGESTÕES DE EMENTAS PARA TODAS AS ÁREAS DE CONHECIMENTO.

⁸ Ver: CASTELLANOS, D. (2023); IGLESIA, H. (2018); POPE, N. G. (2016); WILLIAMS, K. M. & SHAPIRO, T. M. (2018).

3) A PROPOSTA CURRICULAR DEVE CONTEMPLAR UMA BASE COMUM E UMA PARTE DIVERSIFICADA, SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES DA BNCC

Seguindo o que traz a Base Nacional Comum Curricular, uma forma de organização do currículo do Ensino Fundamental é em duas frentes: uma base nacional comum e uma parte diversificada, esta última definida por cada sistema de ensino e estabelecimento escolar. Em ambas, é necessário que estejam presentes as especificidades das adolescências e suas diversidades. Para isso, o currículo deve ter um olhar transversal para as questões relacionadas a gênero, sexualidade, etnia/raça e deficiência.

A Arquitetura Curricular, em consonância com a BNCC, propõe:

BASE NACIONAL COMUM

Cinco áreas do conhecimento e nove componentes curriculares: Área de Linguagens (Língua Portuguesa/ Língua Materna (para populações indígenas), Arte, Educação Física, Língua Inglesa), Matemática, Área de Ciências da Natureza (Ciências), Área de Ciências Humanas (História e Geografia) e Ensino Religioso.

PARTE DIVERSIFICADA

Conteúdos curriculares definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas. Esta proposta de escola do Referencial Pedagógico propõe a organização da parte diversificada em dois núcleos: um **Núcleo Estruturante** e um **Núcleo Estruturante Rede**.



VOCÊ PODE CONSULTAR SUGESTÕES DE EMENTA NO DOCUMENTO DA ARQUITETURA CURRICULAR E SUAS MATRIZES PARA AS ÁREAS DE CONHECIMENTO E SEUS COMPONENTES CURRICULARES, ESTRUTURADOS DE MANEIRA ALINHADA À PROPOSTA. O PROPÓSITO DAS EMENTAS É OFERECER REFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS, A FIM DE INSPIRAR A CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS CURRICULARES DE CADA REDE E DE CADA ESCOLA.

OS NÚCLEOS ESTRUTURANTE E ESTRUTURANTE REDE

Seguindo o Referencial Pedagógico,, a parte diversificada do currículo é dividida em dois núcleos: o Estruturante e o Estruturante Rede.

O Núcleo Estruturante apresenta os seguintes componentes curriculares:

- **Projeto de Vida:** tem por finalidade levar os estudantes a construírem um conjunto de objetivos pessoais, cidadãos e profissionais, apoiando processos de reflexão e experiências.
- **Leitura, Arte e Movimento:** busca ampliar as oportunidades para que os estudantes possam usufruir de modo pleno, crítico e participativo de práticas sociais mediadas pelas linguagens e incorporem em sua vida a leitura literária, a escrita criativa, a apreciação e a produção de práticas artísticas e corporais.
- **Tecnologia e Cidadania Digital:** tem como objetivo desenvolver as competências necessárias ao mundo digital em constante evolução, fomentando habilidades essenciais.
- **Apoio e Orientação de Estudos:** tem como finalidade promover a autonomia e o protagonismo dos estudantes em seus processos de aprendizagem, apoiando-os a “aprender a aprender”.



VOCÊ PODE CONSULTAR AS SUGESTÕES DE EMENTA NO DOCUMENTO DA ARQUITETURA CURRICULAR E SUAS MATRIZES PARA CADA COMPONENTE. NAS EMENTAS, CONSTAM OS OBJETIVOS, A ORGANIZAÇÃO SUGERIDA E A ARTICULAÇÃO COM AS ÁREAS DO CONHECIMENTO, ENTRE OUTROS ELEMENTOS.

Já o **Núcleo Estruturante Rede** é composto por componentes curriculares desenhados pelos territórios de acordo com suas especificidades locais. É indicado que haja um componente denominado **Eletivas**, de livre escolha do estudante, que permita o conhecimento de diferentes temas, vivências e aprendizagens, destacando-se os temas elencados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (Resolução CNE-CEB nº 7/2010), bem como outros que articulem as definições curriculares aos interesses dos estudantes. Neste sentido, ganham destaque temas como: saúde; sexualidade e gênero; vida familiar e social; direitos das crianças e adolescentes; preservação do meio ambiente; educação para o consumo; educação fiscal; trabalho; ciência e tecnologia; diversidade cultural; direitos dos idosos e educação para o trânsito, entre outros que podem ser elaborados a depender das especificidades de cada território educativo. Além disso, o Núcleo Estruturante Rede comporta a possibilidade de inclusão de uma Língua Estrangeira Moderna, e, como indica o parágrafo único do artigo 17 das DNCs, a língua espanhola poderá ser uma opção.



VOCÊ PODE CONSULTAR SUGESTÕES DETALHADAS NA ARQUITETURA CURRICULAR E SUAS MATRIZES PARA ESTRUTURAR O COMPONENTE CURRICULAR “ELETIVAS”. AS EMENTAS TÊM O OBJETIVO DE APOIAR A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DE CADA REDE E DE CADA ESCOLA.

As Eletivas diversificam, aprofundam e enriquecem a Base Nacional Comum Curricular por meio do estudo de temas e conteúdos que estimulam a aproximação dos estudantes com o contexto no qual estão inseridos, pois consideram, em suas pesquisas e estudos, as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e o próprio interesse do estudante diante de sua realidade local e global. Dessa forma, representam uma excelente oportunidade de trabalho interdisciplinar, proporcionando uma aprendizagem significativa, na medida em que os conteúdos e habilidades interagem entre si e constroem um sentido lógico, crítico e reflexivo. Além disso, as Eletivas mantêm proximidade com as características da fase da adolescência, uma vez que os estudantes têm a oportunidade de ampliar seu autoconhecimento, explorar seus interesses, desenvolver a capacidade de agir no mundo, a partir de escolhas e projetos, e aprender a como se projetar no futuro. Nesse sentido, são um espaço para que as temáticas de interesse sejam identificadas e o pertencimento seja trabalhado de modo intencional.

Orientações para definir as Eletivas na sua rede

O componente poderá ser ofertado de acordo com as matrizes curriculares definidas pela rede de ensino, sendo recomendado para todos os estudantes do 6º ao 9º ano. A enturmação dos estudantes pode ser feita em dois grupos: 6º com 7º anos e 8º com 9º anos. Consulte as matrizes sugeridas e seus tempos no documento da Arquitetura Curricular.

Para a estruturação das Eletivas é importante considerar:

- **Escuta dos estudantes:** a equipe escolar pode reservar momentos de escuta ativa dos estudantes, estimular questionamentos, esclarecer dúvidas, bem como compreender quais são seus interesses de estudo, necessidades de aprendizagem e curiosidades, realizando um diagnóstico inicial que servirá de base para a construção das Eletivas pelos professores.
- **Tempos e espaços:** as Eletivas podem ser ofertadas semestralmente e em aulas sequenciadas. Podem ocorrer em diversos espaços da escola (sala de aula, biblioteca, quadra esportiva, laboratório, auditório, dentre outros) ou até mesmo em ambientes externos. Sugere-se que as Eletivas ocorram no mesmo horário para todas as turmas de 6º e 7º anos e outro horário para as turmas de 8º e 9º anos, pois isso permitirá a integração de estudantes de anos diferentes nos agrupamentos.
- **Oferta e organização:** a escola pode oferecer diversas Eletivas. O quantitativo dependerá do número de turmas e das condições materiais e humanas da escola (espaços físicos, materiais pedagógicos, quantidade de estudantes, disponibilidade de professores, possíveis parcerias etc.). É importante também observar como os arranjos interdisciplinares podem ser feitos, quais professores e de quais áreas do conhecimento poderão realizar o planejamento e desenvolvimento interdisciplinar da Eletiva, bem como sua ementa, levando-se em consideração seus conhecimentos, habilidades e preferências.
- **Intencionalidade pedagógica:** a intencionalidade pedagógica do componente deve estar evidente aos estudantes, considerando as competências gerais da BNCC a serem desenvolvidas e as necessidades de aprendizagem identificadas pela equipe pedagógica da escola. Como é fundamental que a escolha da Eletiva seja livre por parte dos estudantes, essa transparência permite que eles estejam no centro do processo de aprendizagem, participando ativamente e sendo responsáveis pela construção de seu conhecimento, com vistas ao fortalecimento de sua autonomia.

[continuação]

- **As articulações do Ensino Fundamental e a continuidade da trajetória escolar dos alunos:** é muito importante que o planejamento das Eletivas aconteça considerando a articulação com o contexto de proximidade do Anos Iniciais do Ensino Fundamental para os agrupamentos de 6º e 7º anos, e do Ensino Médio para os agrupamentos de 8º e 9º anos. As temáticas abordadas podem incluir competências, habilidades e conteúdos dessas etapas de ensino, dependendo das necessidades de aprendizagem e interesses dos estudantes.

Para a execução das Eletivas é importante considerar:

- **Divulgação:** momento em que os professores que já planejaram as Eletivas promovem a divulgação das mesmas aos estudantes, explicitando objetivos e conteúdos.
- **Inscrição:** quando os estudantes escolhem as Eletivas que desejam cursar. Recomenda-se que seja possível a oferta de, ao menos, três opções de eletivas, de modo que cada estudante realize sua inscrição em ordem de preferência, o que facilitará a enturmação posterior.
- **Enturmação:** quando a equipe escolar organiza as enturmações, com base nas inscrições.
- **Execução:** desenvolvimento da Eletiva em si.
- **Culminância:** momento de apresentação e compartilhamento de resultados e projetos com a comunidade escolar, considerando a participação protagonista dos estudantes no planejamento, execução e avaliação da ação de culminância.

4) A PROPOSTA CURRICULAR DEVE POSSIBILITAR UMA APRENDIZAGEM ATIVA, SIGNIFICATIVA, VISÍVEL E CRIATIVA

Para isso, vale atentar para os pressupostos metodológicos fundamentais para a promoção dessa aprendizagem:

PROBLEMATIZAÇÃO

Propõe que estudantes enfrentem desafios, dialogando e interagindo no processo de construção de conhecimentos. As trocas de informação e ideias permitem que os adolescentes mobilizem conhecimentos já adquiridos e elaborem novas formas de agir e pensar para solucionar um dado problema. Nesse sentido, não só aprendem a resolver a situação, mas também estratégias e mecanismos de resolução de problemas diversos que podem surgir em outros contextos, inclusive na vida pessoal.

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

Elaborar e desenvolver projetos de trabalho e pesquisa são oportunidades para que o contexto dos estudantes ganhe espaço no currículo. Considerando que um projeto é composto de muitas etapas (identificação e configuração dos problemas, planejamento, execução, avaliação e apropriação pessoal do processo vivido e dos resultados alcançados), a participação nelas permite que o estudante reconheça suas habilidades e predisposições, o que o ajudará a descobrir seus interesses e potenciais.

PROJETO DE VIDA

Trabalhar os projetos de vida dos estudantes é uma grande oportunidade para que eles aprendam mais sobre si mesmos e as relações e dinâmicas sociais das quais participam (família, comunidade, cidade e aspectos culturais e socioeconômicos dos seus contextos). Neste sentido, há uma perspectiva ética indispensável: as escolhas pessoais geram impactos também na vida das pessoas que se relacionam com ele e é necessário que esse tipo de reflexão seja feita de maneira contínua na escola, e não só com a oferta do componente específico.

MULTILETRAMENTOS

Os multiletramentos abordam as multilinguagens e as multiculturas, considerando que o estudante deste século está conectado às mídias digitais, com seus repertórios, sua cultura local, sua experiência na mídia de massa, na internet - nas redes sociais - tudo isso deve ser valorizado, tematizado e considerado como objetos de ensino e aprendizagem. Ele é um princípio integrador e deve ser considerado em todas as áreas do conhecimento.

CULTURA DIGITAL

É fundamental que os estudantes compreendam e usem as tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética, de modo a poder comunicar-se; acessar e produzir informações; adquirir conhecimentos para resolver problemas; e exercer protagonismo e autoria. Assim, nas matrizes curriculares, a aplicação de recursos digitais foi integrada com o percurso de aprendizagem para permitir acesso responsável e crítico a diversas fontes de informação, possibilitar a articulação do texto escrito com imagem, som e movimento, facilitar a simulação de situações e o desenvolvimento de diferentes habilidades.

APRENDIZAGEM COLABORATIVA

A aprendizagem colaborativa tem como fundamento a ideia de que o conhecimento é construído na interação. Ela ocorre de diversas maneiras: entre professores e estudantes, entre estudantes em diferentes composições de grupos (duplas, trios, quartetos, grupos maiores ou uma turma inteira, por exemplo) e em diferentes situações, como rodas de conversa, debates regidos, projetos e demais atividades coletivas.

Outras estratégias viabilizadoras do referencial pedagógico

Para que a proposta da educação integral nos Anos Finais se concretize, outros elementos pedagógicos ajudam a garantir a coesão e a integração do currículo, tais como:

- **Ações permanentes de acolhimento:** inclui atividades de orientação, mentorias, programas voltados ao desenvolvimento socioemocional e espaços para expressão e escuta ativa, além de estratégias para promover a participação dos estudantes em atividades escolares e comunitárias. O acolhimento permanente visa criar uma cultura escolar que valoriza a diversidade, promove o respeito mútuo e contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes durante toda a sua permanência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
- **Professor tutor:** essa é uma abordagem de apoio personalizado para promover o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes. O tutor desempenha um papel fundamental ao oferecer orientação individualizada, identificar as necessidades específicas de cada estudante e criar estratégias de aprendizado a partir delas. Além de auxiliar no entendimento do conteúdo escolar, o professor tutor também pode orientar os estudantes em habilidades de estudo, auxiliar na mediação e resolução de problemas, e incentivar a participação ativa na sala de aula.
- **Mentoria entre pares:** é uma forma de colaboração estruturada e de suporte entre educadores, onde um professor mais experiente orienta e compartilha conhecimentos com um colega menos experiente. Durante essas interações, os professores mentores podem oferecer dicas sobre estratégias de ensino, compartilhar experiências e ajudar na adaptação a desafios específicos do contexto escolar.
- **Espaços de participação e tomada de decisões:** garantir tempo e oportunidades para a participação dos estudantes em decisões relacionadas ao currículo e à escola pode ser feito, por exemplo, ao oportunizar que os estudantes escolham Eletivas que desejam cursar ou que participem da definição de temas e projetos anuais da escola e do ano que estão cursando. Do ponto de vista da gestão democrática, é importante assegurar espaços que promovam o envolvimento ativo da comunidade escolar nas escolhas e decisões que têm implicações na vida coletiva, como a elaboração de regras e normas.
- **Planejamento integrado em áreas do conhecimento:** promover momentos estruturados e periódicos nos quais os docentes de uma mesma área do conhecimento realizem o planejamento pedagógico de forma integrada e colaborativa.

5) A PROPOSTA CURRICULAR DEVE CONTEMPLAR ORIENTAÇÕES QUE IMPULSIONEM E CONCRETIZEM A EQUIDADE, A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO

O desenho curricular não pode deixar de prever mecanismos que garantam temáticas e práticas de ensino-aprendizagem voltadas para a promoção da equidade, diversidade e inclusão. Com relação à temática étnico-racial, existe uma série de normativas já instituídas e que devem orientar a estruturação curricular:

- **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003:** inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.
- **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004:** institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- **Lei 11.645, de 10 março de 2008:** inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- **Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012:** estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola.
- **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012:** fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.

Especificamente em relação às pessoas com deficiência, é necessária uma nova ótica. A deficiência é uma construção social, política e relacional que se faz na interação dos variados corpos com e no mundo, em suas intersecções de raça, classe e gênero. Os adolescentes com alguma deficiência são sujeitos que também partilham desejos, vontades, necessidades e projetos de vida que precisam ser considerados. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) declara a garantia de acesso ao ensino, a transversalidade da educação especial, a oferta do atendimento especializado, a formação dos educadores, a participação das famílias, a acessibilidade arquitetônica e a articulação intersetorial. Essas condições previstas na Política são fundamentais para a inclusão e participação, e para que os seus direitos de aprendizagem sejam de fato efetivados. Nesse sentido, o atendimento especializado – realizado por meio da articulação das salas de recursos e/ou de profissionais de apoio com a gestão escolar e os professores – é imprescindível para a construção de uma educação integral e pode estar previsto explicitamente na proposta curricular da rede de ensino.

Outra temática cada vez mais presente na sociedade e no ambiente escolar é a LGBTQIAPN+. Para pessoas transexuais, por exemplo, a adolescência pode representar um período extremamente difícil. Além das mudanças corporais/biológicas e identitárias que podem provocar sentimentos de inadequação, nem sempre este adolescente encontra acolhimento no ambiente familiar e escolar. A proposta curricular precisa ser construída com atenção ao respeito dos direitos e reivindicações de pessoas LGBTQIAPN+, garantindo um ambiente e práticas pedagógicas mais acolhedoras para que estas consigam se desenvolver de modo pleno e integral.

Aqui foram destacados alguns marcadores sociais, mas existem inúmeros que se apresentam no espaço escolar, e mobilizam questões relacionadas ao machismo, preconceito contra migrantes e emigrantes, desigualdades de classe/econômica... Cada contexto é único e é impossível esgotar todas as possibilidades. A proposta curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental pode ter um olhar sensível para essas questões, prevendo conteúdos e estratégias pedagógicas para incorporar esses temas e assuntos. Para que isso aconteça de maneira a dialogar com a realidade local, recomenda-se que a secretaria oriente e estimule as escolas a realizarem diagnósticos próprios para compreender a especificidade do público atendido. Essas informações, por sua vez, podem alimentar a secretaria com dados para estruturar a proposta.

ALÔ, LIDERANÇA! DICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Um olhar atento para a proposta de arquitetura curricular e processos pedagógicos descritos nos parágrafos anteriores pode revelar a necessidade de revisão ou mesmo de (re)elaboração do currículo atualmente desenvolvido na sua rede de ensino para os Anos Finais do Ensino Fundamental, de modo que se possa efetivar, pedagogicamente, uma educação integral significativa para os estudantes dessa etapa. Para que isso aconteça de maneira participativa e institucionalizada na sua secretaria, alguns passos podem ser seguidos:



- **Definição de grupo de trabalho para revisão ou (re)organização do documento curricular:** este grupo de trabalho pode ser formado por profissionais da rede, que vão estudar o referencial pedagógico e a arquitetura curricular e discutir, aprofundar e definir as necessidades de revisão ou (re)organização da proposta curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental, de modo que ela esteja alinhada à proposta, sempre procurando contemplar as especificidades do contexto local. Os integrantes do grupo de trabalho também podem acionar docentes que tenham mais experiência para, de forma coletiva, esmiuçar os caminhos curriculares para cada uma das áreas do conhecimento.
- **Redação da versão preliminar do documento curricular e das diretrizes pedagógicas,** que pode ser realizada pelo grupo de trabalho, a partir das discussões. A redação precisa ser bastante cuidadosa para que o documento considere o que já existe na rede de ensino, mas traga também um novo olhar para os Anos Finais do Ensino Fundamental, com unidade e coerência, de acordo com a carga horária escolhida para cada escola, propondo uma progressão das aprendizagens, a articulação entre as áreas do conhecimento da parte básica e a parte diversificada, e a organização do Núcleo Estruturante e do Núcleo Estruturante Rede.
- **Consulta pública para garantir um processo participativo que contemple a diversidade da rede de ensino:** a coleta de contribuições dos profissionais da educação e da sociedade civil é recomendada, pois possibilita qualificar a versão preliminar do documento, podendo ser realizada por meio de formulários on-line ou eventos presenciais, com representantes das diferentes regiões do estado ou do município.
- **Redação da versão final e publicação:** as contribuições coletadas devem ser sistematizadas e incorporadas ao documento da proposta curricular e a versão final deve ser compartilhada com todos aqueles que contribuíram com a sua formulação.
- **Envio aos respectivos conselhos de educação e homologação,** após a conclusão da proposta curricular, para a sua normatização, caso essa competência esteja prevista no estado ou no município.

IMPORTANTE: vale lembrar que, com a homologação da BNCC, todos os sistemas de ensino (estaduais e municipais) deveriam elaborar ou revisar seus currículos de acordo com a nova norma. O município que fosse apenas Rede, e não Sistema, atenderia às definições do sistema estadual, que poderiam variar da adoção de um currículo estadual à elaboração de um documento em âmbito municipal. De acordo com os indicadores disponibilizados pelo [Observatório da Implementação da BNCC](#) do Movimento pela Base, 27 estados e 5.564 municípios realizaram a estruturação de currículos para os Anos Finais do Ensino Fundamental alinhados à BNCC (dados de fevereiro/2024). Esse mesmo processo pode valer no caso desta proposta: as revisões curriculares adotadas por redes de ensino que não são sistemas municipais de educação podem seguir o currículo estadual. Caso o estado não tenha ainda adotado essa proposta de escola, é possível propor uma política colaborativa para que o currículo seja revisto com as contribuições tanto do estado como dos municípios envolvidos, o que pode potencializar a atenção aos Anos Finais do Ensino Fundamental em um dado território educativo.

- Uma vez homologado, o currículo segue para ser implementado pelas unidades escolares. Para isso, recomenda-se não só divulgar amplamente o documento curricular, mas também criar momentos e espaços para discussão e formação sobre sua estrutura e conteúdo, junto aos profissionais da educação da rede de ensino.
- É possível elaborar uma diretriz com orientações sobre como as escolas podem estruturar as suas matrizes curriculares, considerando o currículo da rede, e exemplificando os passos possíveis para a realização de seu planejamento pedagógico.
- Esse documento com a diretriz para as escolas pode trazer também sugestões de ementas de Eletivas, que podem ser compartilhadas para inspirar a estruturação desse componente.

5.2.2 ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Para que a proposta pedagógica se concretize na prática, todos os aspectos da implementação devem ser considerados. Assim, a escolha de materiais didáticos também é fundamental para apoiar e sustentar a formação integral dos estudantes. É recomendado que diferentes profissionais da rede estejam envolvidos no processo de análise dos materiais disponíveis e na definição de critérios de seleção dos materiais de apoio, principalmente os fornecidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). As discussões e reflexões da rede podem, assim, se desenvolver de forma democrática e procurar abranger diferentes dimensões dos processos de ensino e aprendizagem em todas as áreas do conhecimento.

O Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017 unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com nova nomenclatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD também teve seu escopo ampliado com a inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa, para além das obras didáticas e literárias, como obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

ALÔ, LIDERANÇA! DICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Alguns aspectos podem ser importantes para a escolha de materiais didáticos que estejam alinhados com a proposta:

- É interessante compor um grupo de trabalho com a equipe técnico-pedagógica da secretaria de educação, da gestão e coordenação pedagógica das escolas e professores de todas as áreas de conhecimento. O grupo não deve ser muito grande para que todos tenham participação garantida nas várias etapas do processo.
- É muito importante construir um bom perfil da rede de ensino e de cada escola, pois essas informações ajudarão a definir o tipo de escolha dos materiais oferecidos pelo PNLD. Algumas perguntas podem ser respondidas para orientar essa escolha:
 - ▶ Toda a rede usará os mesmos materiais?
 - ▶ As escolas podem ser agrupadas por características afins e escolher materiais em comum?
 - ▶ Cada unidade escolar fará sua seleção?
- Os perfis e caracterizações da rede e de cada unidade escolar devem permitir que se tenha visibilidade do nível de conhecimento e adesão à BNCC, ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico e, principalmente, às necessidades de aprendizagem dos estudantes, conforme a proposta curricular do Referencial Pedagógico.
- Será necessário estabelecer critérios de avaliação. Um possível roteiro seria o seguinte:
 - ▶ O material reflete as premissas da BNCC e as premissas pedagógicas da proposta?
 - ▶ O material oferece possibilidade de alinhamento ao contexto local?
 - ▶ A organização do material (layout, linguagem e projeto gráfico) facilita sua utilização?
 - ▶ O formato de avaliação proposto pelo material é acessível e eficiente?
 - ▶ A progressão da aprendizagem é perceptível no material?
 - ▶ A integração curricular é perceptível no material?
 - ▶ Os materiais para professor e estudante são alinhados e complementares entre si?
 - ▶ O trabalho com temas transversais é consistente no material? Serão úteis ao desenvolvimento da parte diversificada do currículo (núcleos estruturante e estruturante rede)?
 - ▶ As necessidades dos adolescentes são contempladas? Estão previstos...
 - ... desafios aos adolescentes, estimulando a criatividade e uma aprendizagem significativa?
 - ... práticas que estimulem o engajamento social e o protagonismo dos estudantes?
 - ... fomento à interação e trocas significativas entre os adolescentes, favorecendo o autoconhecimento?
 - ... o trabalho por projetos e estratégias de resolução de problemas?
 - ... o respeito à diversidade de opiniões, de aspectos identitários de gênero, raça e deficiências?
 - ... o desenvolvimento do conhecimento das culturas afro-brasileiras, indígenas e africanas?
 - ... a valorização, entendimento e respeito aos contextos e realidades indígenas, quilombolas e rurais?
- Fundamental organizar e sistematizar o trabalho do grupo, com formulários e documentos de registros das informações, pareceres individuais, análises etc. O registro pode ser feito por todos os integrantes, compondo um dossiê que garanta a transparência do processo, dos critérios de avaliação dos materiais e da seleção final, que devem refletir a visão do grupo em sua condição de representantes da rede e de cada unidade escolar.
- Finalmente, a secretaria de educação deverá fazer o preenchimento do sistema PNLD Digital e comunicar o resultado do trabalho à rede.



5.2.3 ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Para que a incorporação dos novos conceitos trazidos pelo Referencial Pedagógico e a implementação da proposta aconteçam, são importantes os processos formativos que levem essas ideias e práticas para as equipes tanto do órgão central da secretaria quanto das regionais (se existirem) e escolas. O objetivo desse processo de formação é contribuir para a qualificação da tomada de decisões compatíveis com as necessidades e demandas de seus territórios, as quais garantam a sedimentação dos princípios de uma educação integral e que alimentem o desejo de sonhar uma escola em que todos possam se desenvolver plenamente.

A definição desses processos é sempre um desafio quando se inaugura uma proposta na rede de ensino. Por um lado estão os sujeitos com suas vivências, repertórios e conhecimentos acadêmicos e do cotidiano e, por outro, há a necessidade de desmistificar padrões e estereótipos, abrindo, assim, novos percursos de (re)aproximação da realidade e oportunizando também o acesso a outros conhecimentos e conteúdos. Por isso, é fundamental encontrar caminhos efetivos que fortaleçam os sujeitos envolvidos para que se sintam responsabilizados e instigados a aprender, de modo a enfrentar os desafios que acompanham todo o processo de implementação de uma nova iniciativa.

Nos quadros a seguir estão descritos os principais temas e conteúdos que podem fazer parte do processo formativo dos diferentes profissionais da educação envolvidos. Esse é um compêndio de possíveis temas e conteúdos e, assim como outras orientações deste documento, não são indicações obrigatórias. Recomenda-se que cada rede incorpore aquilo que faz sentido para o seu contexto, adequando os conteúdos às suas necessidades e às práticas já existentes. Assim, é possível, por exemplo, escolher algum tema específico para desenvolver junto de outras formações previstas ou ainda adicionar outros conteúdos que sejam pertinentes para a realidade local.

FORMAÇÃO BÁSICA EQUIPE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E REGIONAIS DE ENSINO (SE EXISTIREM), LIDERANÇAS ESCOLARES, COORDENADORES, PROFESSORES E EQUIPES ESCOLARES DE APOIO	
TEMA	CONTEÚDOS SUGERIDOS
Educação integral e a proposta de escola	O que é a proposta, normativas relacionadas, BNCC, competências gerais, janelas de oportunidades para os Anos Finais do Ensino Fundamental
Educação integral e comunidades de aprendizagem	Aprendizagem entre pares, colaboração, boas práticas, integração, gestão integrada, desenvolvimento profissional (PDI)
As grandes transformações das adolescências	Neurociência, marcadores sociais de diferença visão sobre adolescências
Adolescências	Convívio, uso da tecnologia e desafios da contemporaneidade
Aprendizagem e os adolescentes	Como aprende, recomposição de aprendizagens, pontes com outras etapas, metodologias ativas e avaliação
Espaços e ambientes	Convivência ética espaços de participação e acolhimento
Arquitetura curricular	Matrizes curriculares e escolha de materiais didáticos
Equidade, diversidade e acesso	Educação antirracista, antissexista, anticapacitista

TRILHA 1 (PROFESSOR) – EU, PROFESSOR DOS ANOS FINAIS

TEMA	CONTEÚDOS SUGERIDOS
Introdução: Eu, professor dos Anos Finais	Retomar os desafios dos Anos Finais, desafios de aprendizagem, valor do professor e seu papel
Metodologias e avaliação para o trabalho com adolescentes	Metodologias que promovem desenvolvimento e aprendizagem
Recomposição das aprendizagens	O que é, por que, práticas pedagógicas, avaliação, uso dos espaços escolares e materiais
Acolhimento e gestão da convivência ética	Estratégias de acolhimento, como lidar com bullying, violência na sala de aula e equidade
Planejamento	Planejamento reverso, autoria e criação, gestão da aula/aprendizagem
Práticas antirracistas, antissexistas e anticapacitistas na escola	Práticas pedagógicas e de avaliação intencionais de educação antirracista, antissexista, anticapacitista

TRILHA 2 (PROFESSOR) – INTEGRAÇÃO CURRICULAR

TEMA	CONTEÚDOS SUGERIDOS
Introdução: Integração curricular	O que é um currículo integrado/trabalho integrado e estratégias para integração
Linguagens	Objetivos de aprendizagem Competências e habilidades por área Articulação com as competências gerais para o desenvolvimento integral dos adolescentes Metodologias ativas e áreas de conhecimento Recomposição de aprendizagens por área de conhecimento
Ciências da Natureza	
Ciências Humanas	
Matemática	
Projeto de Vida	Objetivos de aprendizagem Competências e habilidades mobilizadas Articulação com as competências gerais para o desenvolvimento integral dos adolescentes Metodologias ativas e áreas de conhecimento Recomposição de aprendizagens por área de conhecimento
Apoio e Orientação de Estudos	
Tecnologia e Cidadania Digital	
Leitura, Arte e Movimento	
Eletivas	Como construir e avaliar as eletivas da rede

TRILHA 1 (GESTÃO ESCOLAR) – EU, GESTOR DOS ANOS FINAIS

TEMA	CONTEÚDOS SUGERIDOS
Introdução: ser gestor escolar nos Anos Finais	Práticas do gestor escolar nos Anos Finais
Implementação e gestão do currículo	Currículo integrado e integração curricular
Inovação da e na gestão escolar	Práticas inovadoras de gestão escolar e revisão do Projeto-Político-Pedagógico da escola
Gestão da aprendizagem	Gestão escolar para aprendizagem dos adolescentes
Gestão com foco antirracista, antissexista e anticapacitista na escola	Práticas da gestão para a escola antirracista, sexista e anticapacitista

TRILHA 2 (GESTÃO ESCOLAR) – EU, GESTOR DOS ANOS FINAIS

TEMA	CONTEÚDOS SUGERIDOS
Introdução: Formação continuada na escola	Estratégias para promover a formação continuada na escola dos Anos Finais
Tempo e espaços para a formação	Organização de tempos e espaços para a formação continuada
Integrar formação e acompanhamento	Acompanhamento integrado à formação para o desenvolvimento do adolescente
A liderança pedagógica na gestão da aprendizagem	Atuação da gestão escolar na recomposição das aprendizagens

ALÔ, LIDERANÇA! DICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Os modos e tempos para que esses temas e conteúdos sejam ofertados para as equipes da secretaria, regionais (se existirem) e das escolas dependem de um planejamento que pode ser construído pela rede de ensino, levando em consideração as ações formativas, as práticas e os processos já existentes. É recomendado que seja feito um plano de formação continuada ou que os tópicos aqui sugeridos, se pertinentes, sejam incluídos no plano de formação da rede, caso ele já tenha sido elaborado. Esse plano formativo ganha potência se:

- partir de um mapeamento das necessidades e demandas formativas dos profissionais da rede;
- definir objetivos de aprendizagem para os profissionais, contemplando o resultado do mapeamento de suas necessidades formativas e as demandas da proposta de escola;
- definir os conteúdos a serem trabalhados;
- garantir um terço da carga horária para planejamento e formação do corpo docente, conforme a legislação vigente;
- especificar estratégias, formatos, tempos (carga horária) e momentos para as formações que sejam facilitadoras da aprendizagem e compatíveis com as condições de trabalho existentes;
- considerar a formação de todos agentes envolvidos.



5.2.4 ORIENTAÇÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DE AVALIAÇÕES NAS ESCOLAS

Na escola proposta pelo Referencial Pedagógico a aprendizagem para todos é um princípio e um direito dos estudantes, partindo da premissa de que todos são capazes de aprender e apresentam diferentes formas e tempos de aprendizado. Tendo isso em vista, as práticas de avaliação podem ser um caminho estruturante e estruturado para que esse direito seja assegurado.

De início, é preciso superar a ideia de avaliação como prova-nota ou instrumento de controle, barganha, culpabilização e punição dos estudantes. Nesta proposta, ela é vista como um poderoso instrumento para a promoção das aprendizagens e do desenvolvimento integral.

A avaliação também precisa estar adequada com os recursos de acessibilidade, promovendo atividades que dialoguem com as diferentes condições das deficiências, distúrbios e transtornos. O Referencial Pedagógico dessa proposta de escola adota como perspectiva central uma avaliação formativa, que envolve o estudante ao longo de todo o processo e aproveita características próprias das adolescências, como a construção da identidade, a tendência à problematização e questionamento e a abertura a novidades, para mobilizá-los a refletir sobre si mesmos e suas aprendizagens. Além disso, valoriza o desejo do estudante por mais autonomia e interação, articulando essas características com momentos de autoavaliação e avaliação entre pares.

Estratégias avaliativas possíveis

- **Projetos práticos:** propor projetos que permitam aplicar o conhecimento adquirido de forma prática. Pode incluir a criação de protótipos, experimentos científicos, produção de vídeos ou apresentações, entre outros.
- **Portfólios:** incentivar os estudantes a criarem apresentações que demonstrem seu desenvolvimento e aprendizado ao longo do tempo. Pode incluir amostras de trabalhos, reflexões sobre o processo de aprendizagem e evidências de habilidades desenvolvidas.
- **Avaliação por rubrica:** é uma abordagem que estabelece critérios claros e específicos de avaliação, organizados em uma matriz ou tabela. Cada critério é apresentado em diferentes níveis de desempenho por meio de textos descritivos (as rubricas), permitindo que tanto o professor quanto o estudante indiquem com qual nível ele mais se identifica no momento. Ao apresentar os argumentos para a escolha de determinado nível, os professores podem fornecer feedback detalhado aos estudantes, destacando seus pontos fortes e áreas de melhoria em relação a cada critério. Esse modelo incentiva o desenvolvimento contínuo das habilidades trabalhadas, pois sua aplicação pode ser realizada diversas vezes, ao longo de uma mesma situação de aprendizagem.
- **Avaliação por pares:** fomentar a avaliação entre os próprios estudantes, incentivando-os a fornecer feedbacks construtivos uns aos outros. Isso promove o desenvolvimento de habilidades de análise e comunicação, a colaboração e o aprendizado mútuo.
- **Simulações e jogos educacionais:** permitem aos estudantes aplicar seus conhecimentos em situações reais ou fictícias, estimulando o pensamento crítico, a resolução de problemas e a tomada de decisões.
- **Observação e registros:** acompanhar os estudantes em ação durante atividades práticas e registrar suas habilidades, comportamentos e progresso ao longo do tempo. Pode ser feito por meio de anotações, registros fotográficos ou vídeos.



PARA SABER MAIS, VEJA O **CAPÍTULO 6 DO REFERENCIAL PEDAGÓGICO.**

De todo modo, é importante que a rede organize um sistema de avaliação alinhado ao currículo, visando o monitoramento e a adoção de medidas em favor da ampliação da aprendizagem dos estudantes. Os sistemas de avaliação são uma forma de aferir se o direito à educação (que pressupõe aprendizagem) está sendo alcançado. Também serve como referência importante para a formulação e implementação de ações assertivas e eficientes no nível da sala de aula, da escola e da rede de ensino.

ALÔ, LIDERANÇA! DICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO:

As estratégias descritas anteriormente são ferramentas importantes para desenvolver os processos de avaliações formativas nas escolas. Assim, ao revisar ou (re)organizar a proposta curricular da rede, é recomendado que também sejam elaboradas orientações sobre como as avaliações devem acontecer. Esse documento pode ser criado em conjunto com os próprios docentes da rede, de modo que todos compreendam a importância de estruturar outros formatos avaliativos contínuos, em que os estudantes possam ser também protagonistas.



- Para as redes que ainda não possuem um sistema de avaliação estruturado, é preciso ter atenção:
 - ▶ aos princípios para coerência entre as avaliações internas e externas que, segundo o documento da Frente de Avaliação do CONSED e UNDIME, devem considerar:
 - > abordagem holística (os diferentes tipos de avaliação devem formar um todo coerente e integrado);
 - > alinhamento com objetivos educacionais;
 - > foco na melhoria das práticas de sala de aula;
 - > prevenção contra incentivos indesejáveis (foco deve estar no desenvolvimento do estudante);
 - > inserção do estudante no centro do processo;
 - > desenvolvimento de capacidades em todos os níveis (das escolas até a gestão da rede);
 - > gerenciamento de necessidades locais e específicas;
 - > alinhamento e articulação entre os atores e processos avaliativos.
 - ▶ às questões de gênero e equidade étnico-racial;
 - ▶ aos usos pretendidos das avaliações;
 - ▶ às formas de divulgação de resultados e realização de devolutivas;
 - ▶ ao uso de resultados e planejamento da intervenção pedagógica junto à rede;
 - ▶ caso a rede não possua sistema de avaliação externa da aprendizagem para os Anos Finais do Ensino Fundamental, é recomendado instituí-lo, quer seja por gestão direta ou contratação de serviços dessa natureza.
- É recomendado que se priorize o cruzamento dos resultados de desempenho e fluxo com as informações sobre o perfil dos estudantes, de modo a avaliar como as desigualdades e defasagens educacionais se apresentam entre as escolas da rede. Isso possibilita que as lideranças das secretarias reconheçam as desigualdades existentes com base em gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, deficiência, entre outros marcadores sociais, com vistas a construir estratégias para que todos os estudantes consigam exercer a sua potencialidade (veja mais informações no item 5.1.5, sobre estratégias de monitoramento e avaliação do Plano de implementação, e no item 5.2.7, sobre o acompanhamento pedagógico das escolas).

5.2.5 ORIENTAÇÕES PARA INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO

A fase da adolescência é um momento privilegiado para o desenvolvimento de habilidades sociais, de protagonismo e de formação cidadã, sendo que esta proposta de escola potencializa intencionalmente essa oportunidade. São diversas as instâncias de participação que as escolas podem promover e é recomendado que a secretaria de educação fomente isso, fornecendo diretrizes e respaldo institucional às escolas.

CONCRETIZAR A PARTICIPAÇÃO AUTÊNTICA E O PROTAGONISMO DOS ESTUDANTES

Na educação integral para os Anos Finais há a premissa de que a ação educativa se estende a todos os espaços e, nestes diversos locais, é necessário promover ações mediadoras e atividades de modo que os estudantes possam vivenciar e desenvolver habilidades relacionadas à convivência, à participação e à atuação cidadã. Entre as possíveis atividades, estão conversas, debates, reflexão e interação, além de experiências artísticas e culturais.

A adolescência também é uma fase bastante propícia para o desenvolvimento da autorresponsabilização e do autocuidado, e a escola pode aproveitar esse momento, pois é nos Anos Finais do Ensino Fundamental que acontece uma ampliação paulatina de sua autonomia, demandando mais responsabilidade e organização; ao mesmo tempo, podem ser pensadas situações que favoreçam a participação autêntica dos estudantes e seu protagonismo no processo de aprendizagem.



PARA SABER MAIS, VEJA O **CAPÍTULO 3 DO REFERENCIAL PEDAGÓGICO**.

ALÔ, LIDERANÇA! DICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO:

- É recomendado fomentar que as escolas organizem espaços formais de participação democrática e convivência cidadã dos estudantes, como clubes juvenis, coletivos, grêmios, assembleias etc. Todavia, a diretriz da rede de ensino pode indicar que a participação e a atuação cidadã extrapolem esses momentos e perpassem todos os espaços e ações da escola, assim como a comunidade escolar como um todo deve ser envolvida.
- Por estarem em pleno desenvolvimento de suas interações sociais, os adolescentes tendem a gostar de aprender de forma colaborativa e sentem-se desafiados por projetos e atividades que estimulam a resolução de problemas. O desenvolvimento de ações pedagógicas que prezam pelo trabalho cooperativo, colaborativo e voltado para a resolução de problemas fomenta o protagonismo estudantil e podem ser adotadas na rede.



TORNAR O AMBIENTE ESCOLAR UM LUGAR PROPÍCIO À CONVIVÊNCIA ÉTICA, PARTICIPAÇÃO ESCOLAR E ATUAÇÃO CIDADÃ

O ambiente escolar deve ser propício à convivência ética, à participação e atuação cidadã de todos os membros da comunidade. Para que isso aconteça, outros atores podem ser acionados. É importante, então, que a escola, a família e outras instâncias de atenção e cuidado dialoguem e façam pontes entre os adolescentes, serviços e redes de promoção do desenvolvimento integral e bem-estar.

Algumas práticas cotidianas podem ser estimuladas nas escolas, visando concretizá-la como um espaço seguro, acolhedor e respeitoso. São elas:

- **Cuidado com as pessoas:** práticas que favoreçam o acolhimento e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos estudantes. A escola precisa gerar bem-estar e pertencimento para todos que fazem parte dela (familiares, professores, funcionários etc.).
- **Cuidado com as relações:** práticas que criem um clima escolar positivo e saudável, visando o melhor desempenho dos estudantes. Um bom clima escolar inclui bons relacionamentos; um ambiente de confiança e cuidado; um processo de ensino e de aprendizagem com qualidade; espaços de participação e resolução de conflitos com diálogo; vínculos próximos e fortalecidos com as famílias e comunidade; boa comunicação; e regras justas que valorizem e respeitem as diferenças.
- **Não violência:** práticas que promovam a cultura do diálogo e a resolução não violenta dos conflitos, por meio da escuta sensível que não banaliza nem naturaliza as pequenas violências do cotidiano.
- **Contra o preconceito e o bullying/ciberbullying:** práticas que sejam capazes de diagnosticar e detectar essas situações de perseguição, ridicularização e agressão, na esfera virtual e presencial. Diferentes ações podem ser desenvolvidas como debates, rodas de conversa, campanhas educativas e sensibilização para o uso e segurança de dados e privacidade junto às redes sociais.
- **Antirracistas:** são práticas que se propõem a transformar o currículo, as lógicas, os discursos, as posturas e os modos de tratar as pessoas negras, assim como pessoas indígenas e de outros grupos vulnerabilizados historicamente. A pauta antirracista deve ser inserida como um pilar das ações da rede e do Projeto Político-Pedagógico das escolas, sendo que o engajamento da comunidade e a formação dos profissionais sobre o tema são ações de extrema importância.
- **Democráticas:** práticas que possibilitem a vivência de processos de deliberação sobre questões de interesse comum e que prezem pela possibilidade de todos poderem participar e se expressar. O diálogo e o debate respeitosos, com a participação dos estudantes em instâncias como grêmios, coletivos e clubes juvenis devem ser estimulados e priorizados.
- **Integração com as famílias:** práticas que possibilitem que elas sejam aliadas da escola na promoção do desenvolvimento integral dos adolescentes. É necessário construir bons vínculos com as famílias, por meio de ações de acolhida e comunicação contínua. Projetos de intervenções positivas nas escolas e na comunidade, rodas de conversa sobre questões da adolescência, participação em ações pedagógicas, encontros individuais sobre o desenvolvimento de cada estudante, podem ser colocados em prática.

- **Integração com a comunidade:** práticas que abram as portas das escolas e estabeleçam parcerias para a realização de atividades educativas nos espaços do entorno. A comunidade também precisa conhecer a escola, por meio de ações de comunicação e eventos abertos. Conectar as escolas aos serviços de saúde e assistência social de cada território para encaminhamento de casos de estudantes é também um papel das redes de ensino, no desenvolvimento das redes de apoio para os adolescentes (veja mais sobre esse assunto no item 5.1.2, sobre o trabalho em rede).



PARA SABER MAIS, VEJA O **CAPÍTULO 3 DO REFERENCIAL PEDAGÓGICO**.

Exemplos de práticas que podem ser adotadas para potencializar o desenvolvimento pleno e integral de pessoas LGBTQIAPN+

- Prever e ter protocolos que orientem a adoção do nome social. Em 2018, o Conselho Nacional de Justiça reconheceu o direito de alteração do prenome e do gênero nas certidões oficiais no Brasil.
- Uso de pronomes neutros, que evitem especificar o gênero de uma pessoa. Trata-se de uma estratégia de inclusão para aqueles que não se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino ou ao gênero masculino.
- Oferta de banheiros de uso individual multigênero, ou seja, sem definir se é um banheiro masculino ou feminino. O que é uma simples ida ao banheiro para as pessoas cisgênero, para as trans é um momento que pode ser de vivência de preconceitos e violência física. Assim, garantir espaços seguros é fundamental para seu bem-estar.

ALÔ, LIDERANÇA! DICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO:

- Os espaços escolares podem ser planejados como lugares que promovam o acolhimento, a participação, a interação e o convívio escolar. Veja mais sobre orientações para a organização da infraestrutura das escolas no item 5.3.3 deste documento.
- A secretaria pode elaborar, caso ainda não existam, diretrizes às escolas para efetivar a convivência cidadã e a participação escolar, considerando recomendações para as diferentes dimensões:
 - ▶ **institucional**, com a garantia de espaços de gestão participativa e com o desenvolvimento de estratégias dialógicas para resolução de conflitos, considerando diferentes colegiados da escola (associações familiares, conselho escolar, assembleias, reuniões com familiares e reuniões comunitárias etc.);
 - ▶ **curricular**, com a garantia de espaços no currículo para discutir convivência, valores e desenvolvimento socioemocional;
 - ▶ **pessoal-relacional**, considerando a qualidade dos relacionamentos de toda a comunidade escolar envolvida, de modo que o exemplo seja a materialização cotidiana da convivência ética e responsável.
- Para que estas diretrizes sejam efetivadas, é importante realizar espaços de vivência e sensibilização sobre elas. Assim, facilita-se a compreensão e se diminui possíveis resistências.



5.2.6 ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO CENTRAL DA SECRETARIA PARA A GESTÃO DAS ESCOLAS

Este é um dos pilares que sustenta uma perspectiva de educação integral: uma gestão escolar bem estruturada e com foco no desenvolvimento integral e no aprendizado é central na garantia de uma educação de qualidade, que promova equidade e reduza desigualdades. Para isso, a gestão deve compreender as especificidades dos Anos Finais do Ensino Fundamental e dos estudantes desta etapa, além de ter uma escuta ativa e estar aberta ao diálogo, trazendo o trabalho colaborativo e a participação da comunidade escolar para sua essência.

A proposta considera que a gestão escolar deve ser composta por seis dimensões:

- **Gestão Democrática e Participativa:** construção de espaços de participação dos estudantes e estabelecimento de canais de comunicação acessíveis a toda comunidade escolar. Importante a garantia de espaços de participação dos adolescentes na tomada de decisões que os afetam, já que isso fomenta uma cultura democrática e possibilita que a liderança escolar planeje e tome decisões que efetivamente tornem a instituição que promova a educação integral (Veja mais no item [5.2.5](#) deste documento).
- **Gestão do Cotidiano Escolar:** atuação da liderança escolar na criação dos vínculos de confiança com os estudantes, promovendo ambientes seguros, de escuta e acolhimento. Além disso, é fundamental o acompanhamento das atividades pedagógicas para que se estimule a participação de todos.
- **Gestão Pedagógica:** acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem, junto à coordenação pedagógica, que considere o comportamento dos estudantes e como eles estão lidando com as suas emoções, e não apenas suas notas. A partir desse olhar, promover mudanças significativas no processo, que colaborem com os adolescentes nas suas dificuldades e avanços.
- **Gestão da Cultura Escolar:** acompanhamento das atividades escolares voltadas para atender às demandas dos adolescentes nos aspectos cognitivos e socioemocionais, junto à coordenação pedagógica.
- **Gestão Administrativa:** coordenação e execução das ações que necessitam de recursos financeiros, envolvendo a comunidade escolar e reconhecendo as especificidades da etapa dos Anos Finais. Gerenciamento das alocações de profissionais que atuam na escola.
- **Gestão de Pessoas:** orientação e acompanhamento das ações formativas para os profissionais da escola, buscando uma organização da rotina escolar que garanta que os professores possam participar dos momentos formativos.



O **CAPÍTULO 5** DO REFERENCIAL PEDAGÓGICO APRESENTA, ALÉM DESSAS RESPONSABILIDADES DA GESTÃO ESCOLAR, AS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.

O papel de liderança da gestão escolar exige um planejamento dos processos educacionais, de modo que eles sejam organizados na rotina de forma intencional. Isso requer gestão do tempo para articular todas as demandas da função, trabalho colaborativo entre quem compõem a equipe gestora (diretor, vice-diretor e coordenação pedagógica) e estabelecimento de vínculos de confiança com os profissionais e estudantes, que devem ser construídos cotidianamente. Apesar de ter a liderança da escola, uma gestão escolar não se consolida caso seja realizada de maneira isolada, sem as contribuições e integração de toda a comunidade escolar. É fundamental o órgão central da secretaria de educação organizar orientações para a gestão escolar e ações formativas voltadas ao seu desenvolvimento profissional, de modo a promover a efetivação da proposta de escola.

Implementação dos marcos legais para a promoção da diversidade e inclusão

Para que sua rede consiga impulsionar a equidade racial, diversidade e inclusão é fundamental que, em parceria com a secretaria de educação, as lideranças escolares considerem na sua função a implementação e fortalecimento dos marcos legais instituídos para essas temáticas. As práticas pedagógicas, o material didático e as formações das escolas devem estar alinhadas às normativas relacionadas à educação das relações étnico-raciais e superação de desigualdades, como as Leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como devem estar atentas às diretrizes da educação para pessoas com deficiência e para ações que incluam e respeitem pessoas LGBTQIAPN+. No item [5.2.1](#) indicamos as normativas mais relevantes sobre a temática.

ALÔ, LIDERANÇA! DICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Na adoção da proposta algumas ações junto às lideranças escolares podem ser apoiadas e acompanhadas pela secretaria de educação. Assim, recomenda-se a criação de diretrizes para as escolas ou a sua revisão, caso existam, levando em consideração as práticas e processos já estabelecidos na rede, mas contemplando orientações que partam da secretaria para as escolas e fomentem a corresponsabilização das lideranças escolares. São elas:

- Orientar as escolas para que possam construir e revisar seu Projeto Político-Pedagógico, de modo a contemplar as premissas da proposta e os princípios da equidade, diversidade e inclusão das adolescências na sua pluralidade.
- Apoiar as escolas no processo de construção de um Plano de Ação anual, com as atividades, prazos e responsáveis, como desdobramento operacional do PPP.
- Orientar as escolas na estruturação de seu currículo, tendo em vista a proposta curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede e considerando as matrizes curriculares adotadas por cada unidade escolar.
- Orientar o desenho dos processos de avaliação interna, relacionadas, principalmente, à avaliação formativa, de modo que as escolas possam adotá-la como uma prática fundamental (ver o item [5.2.4](#) deste documento).



ALÔ, LIDERANÇA! DICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO:

- Apoiar o desenvolvimento de processos de participação efetiva dos estudantes e das famílias nas unidades escolares. No item 5.2.5 há indicações sobre como isso pode ser colocado em prática.
- Orientar as lideranças escolares sobre seu papel de liderança no processo de desenvolvimento dos profissionais de cada escola, em consonância com a proposta formativa (encontros hora-atividade, por exemplo, podem ser aproveitados nessas formações).
- Apoiar a elaboração dos planos de aula e sequências didáticas, tendo em vista a perspectiva pedagógica expressa pela proposta, que contemple metodologias ativas e criativas, recomposição de aprendizagens, especificidades das adolescências, dentre outros elementos tratados ao longo deste documento.
- Orientar as lideranças escolares com práticas e processos que favoreçam a transição entre etapas (Anos Iniciais para os Finais do Ensino Fundamental; e Anos Finais para o Ensino Médio) para que as transições sejam uma continuidade do processo de aprendizado sem grandes rupturas.
- Apoiar a organização dos recursos e espaços escolares. As orientações para gestão escolar podem prever que os espaços devem propiciar a convivência respeitosa, a atuação cidadã, a inclusão, o respeito à diversidade das culturas dos adolescentes, como já citado neste documento. É importante dizer que os espaços podem ser adequados sem, necessariamente, envolver custos financeiros, mas não se pode esquecer que é papel da secretaria de educação viabilizar condições favoráveis de trabalho nas unidades escolares.

5.2.7 ORIENTAÇÕES PARA ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS

Historicamente, o acompanhamento das escolas por parte do órgão central da secretaria ou via regionais de ensino tem origem na função de inspeção escolar, caracterizada como uma atividade tipicamente administrativa, de controle e fiscalização. Para que a escola aqui proposta cumpra os seus propósitos, há a necessidade de superação deste paradigma burocrata e fiscalizador e a urgência de se estabelecer novas bases e diretrizes para fortalecer um trabalho em rede que assegure o desenvolvimento da educação de cada território e escola.

Isso pode ser realizado por meio da oferta de assessoria pedagógica, técnica, informativa, formativa e operacional do órgão central da secretaria de educação e regionais de ensino (se existirem) para as escolas. Esse acompanhamento cumpre o papel de dar apoio para que todas as unidades escolares construam seus Projetos Político-Pedagógicos, assegurem condições fecundas aos processos de ensino e aprendizagem e implementem uma proposta educativa consistente, promotora dos direitos de aprendizagem de seus estudantes, com qualidade e equidade, em conformidade com a legislação e política educacional.

Para que isso aconteça, recomenda-se:

- definir e distribuir funções e responsabilidades para cada uma das instâncias que integram a rede de ensino, de maneira pactuada, documentada e compartilhada com todos. Essa organização permite que seja evidente, para todos os envolvidos no processo educativo, quais são as ações que devem ser desenvolvidas por cada uma das instâncias e seus profissionais.
- estabelecer um fluxo de informação e comunicação, que garanta a troca de notícias, informações e dados entre órgão central da secretaria, regionais (se existirem) e escolas. A constante troca e comunicação entre todos ajuda a antecipar desafios e, quando preciso, atuar colaborativa e criativamente na resolução de problemas.
- prezar por um bom relacionamento entre as instâncias, pautado pela comunicação transparente e objetiva, por valores democráticos e pela busca permanente por maior equidade para a garantia da aprendizagem de todos os estudantes.
- prever um fluxo na direção inversa, em que as escolas reportem suas demandas à regional ou ao órgão central da secretaria, que devem ser analisadas de modo a influenciar a própria estruturação das ações educativas como um todo.

Além do acompanhamento pela secretaria e regionais (caso existam) às escolas e do monitoramento do Plano de implementação e dos resultados da rede (como os sugeridos no item 5.1.5), é importante considerar que as unidades escolares possam ser parte ativa desse processo. A própria equipe escolar pode acompanhar alguns aspectos, inclusive gerando dados e análises que alimentem a secretaria para um melhor monitoramento da implementação.

A seguir, algumas das principais frentes que podem ser observadas e apoiadas pela secretaria e/ou regionais, na relação com as escolas:

- **PPP e Plano de Ação:** como já sinalizado, o órgão central da secretaria pode apoiar e analisar a construção e revisão do PPP adequado à proposta de escola. O seu desdobramento operacional pode gerar um Plano de Ação. Nesse importante instrumento, tem-se as atividades concretas propostas por cada escola e, assim, é possível medir se sua execução está ocorrendo como planejado, com qualidade e no tempo previsto. Com o monitoramento do Plano de Ação das escolas, é possível acompanhar também se as ações estão contribuindo para a melhoria dos processos pedagógicos e de gestão das unidades escolares e como está o engajamento e a legitimidade da comunidade escolar junto à proposta. Um elemento basilar para verificar a coerência e efetividade do Plano de Ação das escolas é o quanto ele é aderente às diretrizes e ao planejamento da implementação propostos pela secretaria.
- **Pedagógico e aprendizagem:** aqui podem ser coletadas e analisadas informações como: vacância no quadro de professores e na equipe pedagógica; absenteísmo docente; se há rotina do professor em sala de aula e conhecimento dos objetivos de aprendizagem dos componentes curriculares; como está acontecendo a integração curricular, o desenvolvimento da parte diversificada do currículo e das Eletivas; notas bimestrais (ou trimestrais) dos estudantes; estudantes com risco de não aprovação; estratégias para recomposição de aprendizagens não consolidadas; uso de diferentes processos avaliativos e avaliação formativa, dentre outros.

- **Formação Continuada:** é essencial para que todos estejam alinhados e envolvidos com a proposta de educação integral para os Anos Finais. Assim, pode-se analisar se a proposta pedagógica está sendo pauta das formações continuadas realizadas em cada escola (como nos encontros hora-atividade, por exemplo) e se é trabalhada com a equipe pedagógica, bem como qual a taxa de participação nesses momentos.
- **Participação:** indica o engajamento da comunidade escolar na proposta e o alcance do conhecimento e colaboração sobre ela. Nesse sentido, vale observar a frequência de participação dos responsáveis pelos estudantes nas atividades desenvolvidas pela gestão escolar (reuniões, conselho, assembleias, instâncias de mediação de conflito, comissões de responsabilidade e fóruns de debate etc.) e o envolvimento dos estudantes nas tomadas de decisão que lhe são pertinentes.
- **Aderência à proposta:** vale investigar o quanto a equipe escolar e estudantes estão satisfeitos com a implementação da escola e se a reconhecem como relevante. É possível também coletar dados e informações sobre se os estudantes compreendem a importância da maioria dos elementos oferecidos na proposta, como projeto de vida, acolhimento, apoio e orientações de estudos, aprendizagem na prática, tutoria, eletivas, protagonismo juvenil, respeito mútuo, entre outros.
- **Infraestrutura:** na implementação é importante acompanhar se a infraestrutura tem sido repensada para atender a sua proposta pedagógica. Deve-se analisar se a escola possui uma infraestrutura que dê vazão aos interesses dos adolescentes, contemplando espaços de convívio, descanso, lazer e prática de atividades físicas e também salas temáticas adequadas para cada componente ou área de conhecimento da matriz curricular, repensando o uso de grades, portões e quaisquer outros tipos de limites físicos entre os espaços.
- **Equidade, diversidade e inclusão:** é importante que as ações desses temas atravessassem a estrutura da escola, não como questões trabalhadas pontualmente, mas sendo a base de sustentação de toda proposta pedagógica, refletindo na tomada de decisões e nas ações de correção. Mostra-se necessário observar o quanto há de ações que focam nos grupos vulnerabilizados em relação à gênero/sexualidade, raça/etnia e deficiências, com vistas a minimizar desigualdades. Nas formações continuadas, deve-se verificar se as temáticas étnico-racial, gênero, sexualidade e deficiências têm sido incluídas, além das pluralidades das adolescências. No combate à infrequência e abandono escolar, há de se colocar uma lupa sobre os dados para verificar se eles têm predominância de alguma raça/etnia e sexo e tomar providências baseadas nesses recortes. Esse olhar também deve ser realizado em relação à aderência à proposta, participação e quadro da equipe escolar. Já sobre a infraestrutura, deve ser observado o quão inclusiva ela está sendo para os estudantes com deficiências e outras demandas.
- **Frequência, abandono e matrículas:** observar se a escola faz um acompanhamento da frequência dos estudantes, sistematicamente, conhecendo quem são os estudantes que já abandonaram ou estão prestes a deixar de estudar, e possíveis fatores associados. Com base nessas evidências, abre-se a possibilidade para ações de busca ativa e combate da infrequência, evasão e abandono escolar. Além disso, vale o acompanhamento sobre as matrículas realizadas, de modo a compreender se a oferta de vagas tem sido aproveitada na sua completude, bem como entender se há demanda por novas vagas por parte das famílias e estudantes interessados a se matricular na escola, que precisam ser consideradas no (re)planejamento da oferta por parte da secretaria.

ALÔ, LIDERANÇA! DICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO:

- Caso em sua rede já exista um processo instituído de acompanhamento pedagógico das escolas, é possível fazer uma análise para verificar se todos os itens aqui indicados já estão sendo monitorados por parte da secretaria.
- É recomendado também investir em processos formativos dos profissionais da secretaria ou das regionais (caso existam) que realizam o acompanhamento das unidades escolares, para que adotem uma postura de assessoria técnica, operacional, formativa e informativa junto às escolas, superando o caráter burocrático, de cobrança e fiscalização que historicamente, no Brasil, perpassa essa relação.
- O acompanhamento pedagógico pressupõe que exista um fluxo de comunicação constante entre as instâncias envolvidas (secretaria-regionais-escolas), que facilite e potencialize a troca de informações. Além do uso de canais diversos, como e-mail, ofícios, site da secretaria, intranet e até grupos de WhatsApp, é recomendado que ocorram visitas periódicas por parte das equipes da secretaria e/ou regionais in loco nas unidades escolares. Dessa forma, potencializa-se e fomenta-se a parceria entre as instâncias e a atenção e o cuidado junto às equipes escolares.





ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL



COORDENAÇÃO



REALIZAÇÃO



APOIO

